

Economia e política com alvos idênticos

O Governo chega ao final do ano com uma estratégia de abordagem do problema político e social aparentemente definida. O pacote econômico, do qual deverão ser expurgadas decisões além do combinado para funcionários públicos e a contratação dos chamados tabelistas, constitui em verdade um projeto de governo, projeto, aliás, de contenção de gastos e de moderação no investimento do setor público.

A assessoria econômica do Presidente dá mostras de ter percebido que é necessário conjugar as linhas de ação econômica com o procedimento político eleitoral. Assim o próximo ano vai se iniciar com uma prometida ação anti-inflacionária para conter a espiral de preços dentro daquilo que no Brasil pode se chamar de nível razoável. Essa é a preocupação maior do Governo, agora, uma vez que as negociações com os banqueiros internacionais parecem estar bem adiantadas. Pelo menos essa é a impressão que o ministro João Sayad, do Planejamento, transmite em diversas conversas.

Ele entende que o Brasil, embora não precise de dinheiro novo, porque tem honrado seus compromissos externos, não poderá viver eternamente com base na excepcional performance das contas externas. Não há previsão de que no próximo ano as expectativas venham a se frustrar, mas na passagem dos representantes brasileiros por Washington deverá ser colocado sobre a mesa de negociações uma solicitação de empréstimo ao Brasil, pelo Banco Mundial, de algo em torno de 1,5 bilhão de dólares. O recurso ao Banco Mundial está dentro do chamado plano Baker e, também, incluído na preocupação do governo norte-americano de atribuir maiores funções àquela instituição multilateral de crédito, como meio de desafogar os grandes bancos dos Estados Unidos — sempre pressionados pelas dívidas dos latinos.

Mas a impressão dominante é a de que na área externa o Brasil dispõe, neste momento, de boas condições para negociar. No setor interno, o objetivo maior é o de zerar — no neologismo dos economistas — o déficit das empresas estatais. Se os dois objetivos forem simultaneamente atingidos — o Governo estará em condições de disputar a eleição de novembro também numa posição de força. E, aliás, por essa razão, que o combate à inflação, que andou meio fora de moda, volta agora com força total. Será difícil aos candidatos do Governo sustentar uma administração que convive com os preços em louca disparada. A contenção inflacionária, que para os economistas é uma obrigação, para os políticos emerge agora como assunto necessário. E mais: é importante trabalhar rapidamente neste setor para que por volta de setembro, quando, de fato, a campanha eleitoral for iniciada, o Governo tenha recursos e medidas para anunciar de maneira a ajudar seu partido.

O cronograma das ações econômicas é plenamente compatível com a ação política, que leva em consideração a forte possibilidade de eleição do sucessor do presidente José Sarney em 1988. Isso indica que no horizonte da economia estão marcados planos de ação imediata e objetiva, que controlem a inflação, reduzam o risco de uma crise cambial e coloquem todo o sistema econômico-financeiro sob controle, de maneira a que o processo eleitoral e o de Constituinte não sejam transformados numa mistura de crise com ingredientes estranhos ao mundo partidário.